



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE S. BRÁS DE ALPORTEL

ACTA N. 4/2010

**ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA NO
DIA TRINTA DE JUNHO DE DOIS MIL E DEZ.**

----- Aos trinta dias do mês de Junho de dois mil e dez, na sala de sessões do edifício dos Paços do Município realizou-se a terceira sessão ordinária deste ano, previamente convocada, contando com a presença dos seguintes elementos: -----

----- José do Carmo Correia Martins, Ulisses Saturnino Duarte de Brito, João Manuel Rodrigues Guerreiro Grenhas, Judite Gil Gonçalves Neves, Ivo Manuel dos Santos Tomé, Ilídio da Conceição Viegas, Raquel Gonçalves Neto Alves em substituição de Sónia Costa do Rosário, Lina Maria Gonçalves Gago Sequeira, Francisco Bettencourt Keil Amaral, José Manuel da Costa Dantas, Henrique José Machado Nicolau, Tânia Sofia Conceição Pires Revés, Norberto Miguel Brito Lopes de Jesus, António Domingos Cerdeira Leitão Pires, Paulo Viegas Guerreiro e David José Ventura Gonçalves.-----

----- Estavam igualmente presentes os Vereadores Vitor Manuel Martins Guerreiro, Marlene de Sousa Guerreiro, Acácio José Madeira Martins e João Carlos Mendonça D'Aragão e Moura.-----

----- Verificada a existência de quórum o presidente da mesa deu por aberta a sessão lendo o edital que lhe deu origem. -----

----- Seguidamente leu a correspondência registada pelo núcleo de apoio da assembleia onde destacou os seguintes ofícios: do Turismo do Algarve sobre o encerramento da Pousada de S. Brás de Alportel, o qual leu na íntegra; do Gabinete do Primeiro Ministro sobre o mesmo assunto e informando que a moção enviada foi remetida para o Ministério da Economia, Inovação e Desenvolvimento; da Câmara

Municipal remetendo cópia do ofício recebido do ACES Central sobre o encerramento do centro de saúde de S. Brás, o qual também leu na íntegra; da Câmara Municipal de S. Brás contendo a tomada de posição por parte da autarquia sobre este assunto; da Câmara Municipal de S. Brás os ofícios contendo as matérias que deram origem a esta sessão, as cópias dos ofícios recebidos de várias entidades sobre o encerramento da pousada e ainda um ofício da Câmara Municipal remetendo cópia do ofício da Repartição de Finanças esclarecendo as dúvidas surgidas quanto ao eventual encerramento do Serviços de Finanças de S. Brás. -----

----- Passou-se à votação da acta da última sessão tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.-----

----- Passando-se ao período de antes da ordem do dia usou da palavra Francisco Amaral para apresentar, em nome da Coligação Democrática Unitária um voto de pesar pelo falecimento de José Saramago. -----

----- José Dantas apresentou igualmente, e em nome da bancada do Partido Socialista um voto de pesar pelo falecimento de tão ilustre figura. -----

----- Atendendo a que existiam duas moções sobre o mesmo assunto, após troca de impressões entre os elementos decidiu-se que haveria apenas uma, que seria a fusão das duas, o que foi aprovado por unanimidade.-----

----- A bancada do Partido Social Democrata esclareceu que as referências políticas constantes do voto não eram as seguidas pelos ideais sociais democratas, pelo que a proposta poderia “ocultar” a parte relacionada com a política. -----

----- Seguidamente fez-se um minuto de silêncio em homenagem a tão grande figura pública, nomeadamente no mundo da escrita, tendo o falecimento representado uma grande perda para o país. -----

----- Usou novamente da palavra Francisco Amaral para apresentar, em nome da Coligação Democrática Unitária uma moção sobre o encerramento da unidade de internamento do centro de saúde, a qual leu na íntegra. -----

----- António Pires apresentou igualmente uma moção, em nome do Partido Socialista, sobre a mesma matéria, a qual também leu na íntegra.-----

----- Tal como aconteceu na situação anterior, foi igualmente proposto que se fizesse um único texto, o qual foi aprovado por unanimidade e que a seguir se transcreve:----

“Na sua última sessão ordinária a Assembleia Municipal de São Brás de Alportel aprovou por unanimidade, uma Moção contra a lamentável decisão do encerramento da Unidade de Internamento do Centro de Saúde de São Brás de Alportel.-----

A situação económica actual é preocupante, e está a obrigar à reavaliação de serviços, com vista a reduzir os seus custos de funcionamento, mas colocando em causa benefícios para as populações, muitas delas já carenciadas. -----

Os serviços de saúde são um dos pilares essenciais para assegurar o bem-estar da população e, como tal, deve ser daqueles para o qual deverá haver uma especial atenção. -----

O encerramento da Unidade de Internamento do Centro de Saúde de S. Brás de Alportel veio retirar um apoio importante para os utentes. Não existem alternativas para esta prestação de cuidados continuados, deixando as famílias a braços com dificuldades na sua organização interna e, por vezes, com a incapacidade financeira de poderem assegurar um acompanhamento adequado aos seus entes queridos. É, nalguns casos, uma questão de manutenção da dignidade humana.-----

A unidade de internamento, está localizada num edifício doado aos são-brasenses pelos beneméritos JOSÉ LOURENÇO VIEGAS e LEONOR CATREIRA VIEGAS, em 6 de Novembro de 1966, e foi inaugurado pelo Presidente da República de então, com o intuito de servir São Brás e os São-brasenses., A memória destes beneméritos deveria ser perpetuada e respeitada, e ser dado continuidade a tão grandiosa e altruísta dádiva. -----

Após o excelente trabalho desenvolvido por todos os profissionais de saúde., sem excepção, a reconhecida utilidade para a população de S Brás e de todos os demais doentes enviados pelo H D de Faro, que a unidade recebia e tratava, não é admissível sustentar que o fecho apenas se deva a razões exclusivamente económicas. -----

Um doente como pessoa humana, merece que lhe sejam dispensados os melhores cuidados, e havendo a possibilidade perto do seu domicílio, onde seja possível o seu acompanhamento mais frequente, seria importante a manutenção de um serviço, com qualidade, útil para a população, mantendo o espírito dos beneméritos, que pretendiam certamente que esta unidade continuasse prestando um bom serviço e servindo preferencialmente os são-brasenses. -----

Apesar das inúmeras diligências do Senhor Presidente da Câmara Municipal , deliberações do executivo contra o encerramento, propostas de alteração do número de camas , redução de pessoal, o encerramento aconteceu no dia 1 de Junho, dia do município! -----

A Assembleia Municipal de São Brás de Alportel, delibera: -----

1 - Condenar a tomada de decisão de encerramento da Unidade de Internamento do Centro de Saúde de S. Brás de Alportel;-----

2 - Entende que deverão ser desenvolvidos esforços para se levar a cabo a reabertura dos serviços, mesmo que possa ser avaliada uma alteração do modelo de funcionamento;-----

3 - Enviar esta moção para a: Presidência do Conselho de Ministros, Presidência da Republica, Assembleia da Republica, e órgãos da comunicação social.”—

-----Francisco Amaral usou da palavra para, em nome da Coligação Democrática Unitária apresentar uma moção sobre a introdução de portagens da Via do Infante, a qual leu na íntegra.-----

-----Usando da palavra José Dantas, em nome da bancada do Partido Socialista apresentou igualmente uma moção versando o mesmo tema, a qual também leu na íntegra.-----

-----Norberto Jesus fez um pequeno enquadramento do que é um modelo scut apresentado na altura pelo Governo do Partido Socialista, sendo que era garantido que não haveria problema nenhum de futuro. -----

-----Acrescentou que a Via do Infante foi construída pelo governo social democrata, quase na sua totalidade e com dinheiros do Estado, à excepção do último troço, tendo posteriormente sido entregue, pelo partido socialista, a um concessionário aquilo que foi construído com dinheiros públicos.-----

Salientou que quer o Partido Social Democrata local quer o regional discorda com a introdução de portagens na Via do Infante, até porque uma parte foi construída com fundos comunitários destinados a construção de estradas sem portagens. Perante estes factos a responsabilidade das scuts terem falhado não pode ser atribuída ao Partido Social Democrata.-----

-----O Presidente da mesa disse que todo este processo se tem desenrolado a grande velocidade, recordando igualmente que o Partido Social Democrata defende que, ou se paga em todas as scuts ou não admite excepções. -----

-----Recordou ainda que já manifestou a sua posição de desacordo na reunião da AMAL, no que se refere às regras que se irão aplicar nalguns concelhos que são atravessados por esta via. -----

-----Trocaram-se acusações entre as bancadas do Partido Socialista e Partido Social Democrata sobre quem era o culpado das “trapalhadas” criadas à volta da introdução de portagens na Via do Infante. -----

-----O Presidente da Câmara disse que este problema não pode ser visto como uma “trapalhada”, louvando o facto de se ter construído, em boa hora a Via do Infante, quer no mandato do Partido Socialista quer no do Partido Social Democrata. Acrescentou que este assunto foi colocado em dois mil e seis pelo Senhor Ministro das Obras Públicas que incentivava à introdução de portagens na Via do Infante. Na altura tal não aconteceu, mas com toda a confusão que tem surgido nos últimos tempos é muito provável que dentro de pouco tempo esta hipótese seja uma realidade.-----

-----José Dantas referiu que na proposta do Partido Socialista foi imiscuída qualquer referência política com vista a que a mesma fosse unificadora e demonstrasse a posição de todas as bancadas. -----

-----Francisco Amaral disse que embora a moção fizesse referência aos dois partidos com mais peso, a mesma mostra a posição assumida pelos dirigentes desses partidos a nível regional sobre o assunto. -----

Referiu que de qualquer forma vai entregar a sua moção salientando que está disposto a retirar as referências políticas com vista a formalizar uma única proposta juntamente com a apresentada pelo Partido Socialista, para se obter um texto que vise a posição unânime deste órgão. -----

-----António Pires disse que é claramente evidente que o Partido Socialista não quer portagens na Via do Infante, quer pelo facto de não haver alternativa quer pelo facto do seu financiamento e ainda pelo facto de no país vizinho existirem destinos turísticos idênticos aos nossos com quilómetros de auto-estrada sem portagens o que também é convidativo. -----

Em relação às moções disse que concordava com a essência das mesmas, no entanto não concordava com as referências políticas constantes numa delas. -----

-----Norberto Jesus disse que concordava que se elaborasse apenas uma moção para mostrar a posição consensual desta Assembleia, sem qualquer referência política.-----

-----Francisco Amaral disse que concordava que se fizesse uma única moção para evitar “trapalhadas” como as que ocorreram na sessão anterior com uma moção referente ao encerramento da pousada que por “capricho” da bancada do Partido Socialista a mesma não foi aprovada por unanimidade, o que em seu entender é muito grave, porque se trata de um assunto regional. -----

-----Terminada a discussão deste assunto foi o mesmo posto à votação tendo sido deliberado, por unanimidade aprovar a moção que a seguir se transcreve:-----

----- *“Na sua sessão ordinária de 30 de Junho a Assembleia Municipal de São Brás de Alportel aprovou por unanimidade, uma Moção contra a introdução de portagens na Via do Infante. -----*

A introdução de portagens na A22, denominada Via do Infante, sem a existência de uma via alternativa e em boas condições de circulação, é inaceitável, pelas suas negativas implicações tanto, para o desenvolvimento económico do Algarve, num momento em que esta Região apresenta uma das maiores taxas de desemprego do país, tornando-se urgente a dinamização e diversificação da sua economia, como também para a segurança rodoviária, numa Região que, durante praticamente todo o ano, tem a circular nas suas vias cidadãos de várias nacionalidades. -----

De facto, a Via do Infante não preenche os requisitos de uma auto-estrada, via que recorde-se foi construída com fundos comunitários, nem a Estrada Nacional 125 constitui uma alternativa, em termos de tempos de percurso e especialmente de segurança, relevando-se o facto desta última ter sido anteriormente classificada como um dos eixos mais perigosos da Europa e cuja requalificação está ainda longe de ser concluída.-----

Reafirma-se que, embora se reconheça como positiva a proposta de isentar do pagamento de portagem os residentes e as actividades económicas com sede

nalguns concelhos da Região Algarvia, esta medida traria mais desigualdade para os concelhos do interior algarvio, como é o caso de S Brás de Alportel.-----

Assim, a Assembleia Municipal de S. Brás de Alportel, reunida em Sessão Ordinária no dia 30 de Junho de 2010 vem, de forma veemente, rejeitar já a introdução de portagens na Via do Infante, o que, a acontecer, prejudicará gravemente os são-brasenses e a economia deste concelho, para além de agudizar a situação de grave crise que se abateu no Algarve.”-----

-----Seguidamente passou-se ao **PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO**, durante o qual não usaram da palavra quaisquer munícipes. -----

-----Passou-se ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhos: - **APRECIÇÃO DE UMA INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ACTIVIDADE MUNICIPAL**:-----

-----Usando da palavra o Presidente da Câmara fez uma breve explanação da actividade mais relevante que ocorreu no período subsequente à última sessão, informação essa que dispensa a sua transcrição por ficar apenas a esta acta.-----

-----Informou que na sequência das questões colocadas na última sessão sobre os projectos que estão a ser levados a cabo pela ALGAR, que a empresa se mostrou disponível para fazer uma reunião conjunta com todos os elementos para apresentarem ao pormenor os que estão a ser desenvolvidos e os que estão em fase de licenciamento. -----

-----Usando da palavra Ivo Tomé disse que tinha três apontamentos a fazer, o primeiro referia-se às obras da Algar o qual já foi respondido, aguardando-se agora pela marcação da reunião; o segundo tem a ver com os sucessivos adiamentos para a conclusão da obra do mercado municipal, a qual também é uma preocupação do Presidente da Câmara e por último felicitou a Câmara pela construção de um campo de futebol no Bairro Social bem como a pintura daqueles edifícios. -----

-----Passou-se ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhos: **SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICIPIO**”-----

-----O Presidente da Câmara apresentou as contas da Câmara Municipal onde constam os valores arrecadados e as verbas despendidas. -----

-----Passou-se ao quinto ponto da Ordem de Trabalhos : “**TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA PARA O MUNICÍPIO**”:

-----o Presidente da mesa leu o ofício da Câmara Municipal que remetia este assunto para aprovação bem como a proposta apresentada ao executivo e a deliberação que recaiu sobre o mesmo.

----Ivo Tomé Disse que a Câmara tem de pensar a sua estratégia sob pena de, em anos futuros ver comprometidos os investimentos que S. Brás necessita.

-----O Presidente da Câmara informou que o maior bolo que está previsto arrecadar ocorrerá no final de dois mil e dez e durante o ano de dois mil e onze e diz respeito às obras de construção da terceira fase da circular norte e as obras inerentes à mesma, como a entrada nascente e entrada sudoeste.

-----Referiu que o que se vai verificar é a diminuição da receita quer através do imposto sobre transições quer pela emissão de licenças de construção o que origina um desequilíbrio.

----Não tendo havido mais intervenções o Presidente da mesa pôs à votação este ponto tendo sido deliberado, por maioria, com quinze votos a favor e uma abstenção, aprovar a proposta de transferência financeira para o município, para o ano de dois mil e onze, sendo que sessenta e cinco por cento das receitas do FEF serão fixadas como correntes e trinta e cinco por cento serão de capital.

Passou-se ao ponto sexto da Ordem de Trabalhos: “**2ª REVISÃO AO ORÇAMENTO PARA 2010**”.

-----O Presidente da mesa leu o ofício da Câmara Municipal que remetia este assunto para apreciação e aprovação, bem como a parte da acta da reunião do executivo contendo a deliberação que recaiu sobre o mesmo.

-----Usando da palavra o Presidente da Câmara disse que esta segunda revisão não estava prevista e não denota nenhuma falta de planeamento deve-se apenas ao facto de no orçamento estar prevista uma verba a atribuir ao Museu do Traje e que seria entregue como subsídio, para que este pudesse apresentar uma candidatura. No entanto, com a nova regulamentação do Algarve Central e como o Museu é parceiro da Câmara a candidatura tem de ser apresentada em conjunto, passando a verba a constar numa rubrica para Aquisição de Bens de Capital - Museus em Rede Aquisição de Bens de Equipamento.

-----Passou-se à votação deste ponto da Ordem de Trabalhos tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade. -----

-----Na análise do sétimo ponto da Ordem de Trabalhos: “**COMISSÃO MUNICIPAL DE PRESERVAÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO- INDICAÇÃO DE REPRESENTANTE**”, o Presidente da mesa leu o ofício da Câmara Municipal, a proposta e a deliberação do executivo sobre este assunto. -----

-----Foram designados pelas bancadas os seguintes elementos para integrarem a comissão: Pelo **PSD**- Ivo Tomé; Pelo **PS**- Correia Martins e pela **CDU**- Nelson Martins.-----

-----Usando da palavra Francisco Amaral disse que a comissão tem toda a razão de existir, no entanto acha que a mesma está a ser politizada até porque tem presentes todas as forças políticas da Assembleia Municipal e os elementos do executivo camarário, igualmente dos dois partidos, o que em sua opinião é excessivo. Acrescentou que a mesma é apenas consultiva, no entanto esperava mais até porque a ideia que tinha da mesma é que fosse mais participativa, propusesse trabalho, apresentasse sugestões, etc-----

-----Perguntou se a mesma tinha um coordenador para dirigir os trabalhos. -----

----- Usando da palavra o Presidente da Câmara disse que para além da representação da Câmara Municipal era necessário elementos da Assembleia Municipal até porque a CDU não tem representante no executivo. Em relação às reuniões, disse que se prevê que tenham de, obrigatoriamente reunir uma vez por ano, no entanto nada impede que reúnam todas as semanas. -----

-----Acrescentou que embora a comissão tenha carácter consultivo, à semelhança do que tem acontecido até agora com outras comissões, a Câmara tem por hábito acatar as suas sugestões e opiniões e quando tal não acontece explica-se o porquê da não-aceitação, devidamente fundamentado. -----

-----Francisco Amaral referiu que esta comissão não tem enquadramento legal daí poder ter alguma flexibilidade ao contrário de todas as outras existentes que tem definida a sua composição, áreas de intervenção, missões e normas de funcionamento, podendo ser ajustada de forma a torná-la mais rentável. -----

-----José Dantas disse que é de enaltecer a criação desta comissão e que em sua opinião está bastante bem constituída, tendo agora os seus elementos de elaborar o

seu próprio regimento. -----

-----Passou-se à análise do ponto oito da Ordem de Trabalhos: “**CONSELHO DA COMUNIDADE DO AGRUPAMENTO DE CENTROS DE SAÚDE DO ALGARVE- DESIGNAÇÃO DE REPRESENTANTE DO MUNICÍPIO.** -----

-----O Presidente da mesa informou que este assunto vem de encontro a uma solicitação do Director do Agrupamento de Centros de Saúde do Algarve, por forma a dar cumprimento à lei que prevê a designação de um elemento da Assembleia Municipal. Atendendo a que existe no seio desta assembleia pessoal com ligações à temática da saúde propôs, caso não houvesse nada a opor que o elemento fosse António Domingos Cerdeira Leitão Pires, tendo o mesmo obtido o consentimento unânime.-----

-----Passou-se à análise do penúltimo ponto da Ordem de Trabalhos: “**CONSTITUIÇÃO, INTEGRAÇÃO E APROVAÇÃO DOS ESTATUTOS DA ASSOCIAÇÃO CITTASLOW PORTUGAL**”.-----

----- O Presidente da mesa leu o ofício da Câmara Municipal bem como os restantes documentos que lhe vinham anexados e explicou a forma como foi criado este movimento, quais as suas origens, e quais os itens que tiveram de ser apreciados para que se obtivesse a pontuação necessária para o integrar. -----

-----O Presidente da Câmara fez um breve historial sobre este assunto desde a primeira reunião até à fase de apresentação de estatutos que agora se apresenta. Referiu que este documento irá ser aprovado pelas quatro assembleias constituintes (S. Brás, Tavira, Lagos e Silves). -----

-----Posteriormente será criada uma comissão administrativa que irá promover este movimento e convidar outros a associarem-se e quando houver municípios suficientes serão realizadas eleições para posteriormente se tirar proveito do mesmo quer a nível cultural, turístico, gastronómico, entre outros. -----

-----Francisco Amaral disse que o princípio é louvável, no entanto o que se pretende aprovar hoje parece ter a ver mais com uma associação de municípios que se vai criar e as regras que a regulam. A principal preocupação da CDU é a atitude desses municípios na prossecução dos objectivos que estão subjacentes a esse movimento. -

-----António Pires disse que para se pertencer à associação tiveram de se cumprir vários parâmetros, os quais têm de continuar a prevalecer para se ter um “selo de

qualidade”, porque caso contrário não vale a pena pertencer ao movimento.-----
-----O Presidente da Câmara disse que já tinham sido apresentados à Assembleia os
objectivos da Associação e os fins a que a mesma se propunha quando foi solicitada
autorização para a adesão ao movimento, hoje o que se pretende é apenas a
aprovação dos estatutos para que a mesma possa iniciar funções em Portugal com os
quatro municípios constituintes. -----
-----Lina Sequeira quis saber quais as contrapartidas financeiras que os municípios
associados têm de dispor tendo o Senhor Presidente referido que não tem presente
os valores, mas julga ser cerca de mil e quinhentos euros. -----
-----Passou-se ao último ponto da Ordem de Trabalhos: “**OUTROS ASSUNTOS DE
INTERESSE PARA O MUNICÍPIO**”. -----
-----Usando da palavra Ilídio Viegas fez um balanço da acção de limpeza efectuada
pela Federação de Caçadores em que foram recolhidas cerca de trezentas e
cinquenta toneladas de lixo, o que denota bem a falta de civismo das pessoas. -----
-----Francisco Amaral perguntou se está previsto algo para solucionar um problema
que existe com a falta de sanitários no jardim da verbena.-----
-----O Presidente da Câmara disse que este problema já foi colocado por pessoas
mais idosas, no entanto este problema apenas tem razão de ser no dia que há
espectáculos, porque durante o dia existem casas de banho de apoio quer no Centro
de Artes e Ofícios quer nas Piscinas Municipais. -----
----- Acrescentou que por outro lado, dado o valor histórico e patrimonial que aquele
espaço tem, a construção das mesmas ficaria mal em qualquer sítio, com a agravante
de ter de existir mais um funcionário a tempo inteiro ou, caso contrário as mesmas
seriam vandalizadas constantemente, de qualquer forma está aberto a sugestões. ----
----- Não tendo havido mais intervenções o Presidente da mesa deu por encerrada a
sessão, quando eram vinte três horas e cinquenta e cinco minutos, da qual se lavrou
a presente acta que foi aprovada em minuta pelo seu conteúdo ter ficado gravado em
cassete, acta essa que vai ser assinada pela mesa e por mim
_____primeiro secretário que a subscrevi. -----